

A noção de preso político em memórias de experiência prisional - Brasil, décadas de 1930 e 1940

The notion of political prisoner in memories of prison experience - Brazil, 1930s and 1940s

PRISCILA SOBRINHO DE OLIVEIRA

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil [priscilasboliveira@gmail.com]

Resumen:

O presente artigo busca analisar a noção de preso político em quatro obras de memórias escritas e publicadas durante a Ditadura Militar (1964-1985) por autores que viveram a prisão política por conta da militância comunista durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas (1930-1945): *Vida de um revolucionário* (1962), de Agildo Barata, *Memórias* (1979), de Gregório Bezerra; *Caminhos Percorridos (memórias de militância)* (1982), de Heitor Ferreira Lima; e *Uma vida em seis tempos (memórias)* (1976), de Leôncio Basbaum. Partimos do pressuposto de que a noção de preso político é uma categoria historicamente situada, contextual e relacional. Compreendemos os autores enquanto atores históricos que buscam dar sentidos a essa noção a partir da própria experiência, participando das disputas de significados em torno da prisão política. O objetivo é compreender como estes sujeitos, ao narrar as experiências de prisão, construíram a identidade de preso político e, de forma dialética, construíram também uma imagem do chamado preso comum como o seu outro, oposto, negativo e estigmatizado.

Palabras clave:

Preso político, preso comum, memórias prisionais, Era Vargas, pederastia.

Abstract:

This article aims to analyze the notion of political prisoner in four memoirs books written and published during the Military Dictatorship (1964-1985) by authors who experienced political prison because of the communist militancy during the dictatorial government of Getúlio Vargas (1930-1945): *Vida de um revolucionário* (1962), by Agildo Barata, *Memórias* (1979), by Gregorio Bezerra; *Caminhos Percorridos (memórias de militância)* (1982), by Heitor Ferreira Lima; and *Uma vida em seis tempos (memórias)* (1976), by Leôncio Basbaum. We start from the assumption that the notion of political prisoner is a category historically situated, contextual and relational. We understand the authors as historical actors who seek to give meaning to this notion from their own experience, participating in the disputes of meanings around political prison. The objective is to understand how these subjects, in narrating prison experiences, constructed the identity of a political prisoner and, in a dialectical way, also build an image of the so-called common prisoner as his opposite, negative, and stigmatized.

Keywords:

Political prisoner, common prisoner, prison memoirs, Vargas era, pederasty.

INTRODUÇÃO

Em *Vida de um revolucionário (memórias)*, Agildo Barata, militar e comunista, ao narrar sua prisão por participação nos levantes da Aliança Nacional Libertadora (1935), protesta ter sido enviado para a Casa de Detenção do Rio de Janeiro: “este presídio era destinado a detentos da justiça comum e, assim, desde os primeiros dias de nossa prisão, a ditadura getulista evidenciava seus propósitos de relegar ao mais absoluto desprezo, qualquer respeito à nossa situação de presos políticos” (Barata, 1978, p. 303). O desprezo das autoridades estatais pelos participantes do movimento comunista é identificado pelo autor não na repressão ou no ato de prisão em si, mas no fato de ter sido encarcerado em um presídio que não era exclusivamente destinado à prisão política. Marcos Bretas, ao analisar narrativas sobre as prisões do Rio de Janeiro, demonstra que, desde os primeiros presos políticos do Brasil republicano, podemos identificar discursos estigmatizados sobre os presos comuns presentes na crítica que fazem, não à instituição penitenciária, mas à sua própria prisão quando reclamam o fato de terem sido tratados como presos comuns ou terem ocupado os mesmos espaços de clausura que estes (2009, p. 185-214).

Além de “Vida de um revolucionário” (1962), de Agildo Barata, este artigo busca construir uma análise da noção de preso político presente nos relatos de outras três obras autobiográficas: “Memórias” (1979), de Gregório Bezerra; “Caminhos Percorridos (memórias de militância)” (1982), de Heitor Ferreira Lima; e “Uma vida em seis tempos (memórias)” (1976), de Leôncio Basbaum. Essas memórias compõem um corpus documental e possuem em comum o fato de terem sido escritos por homens que foram presos no período que compreende o primeiro Governo Vargas, em razão da militância política. Os autores também compartilham trajetórias de prisão semelhantes, caracterizadas pela passagem por determinados cárceres específicos, como a Casa de Detenção e as colônias penais insulares localizadas em Fernando de Noronha, litoral de Pernambuco, e Ilha Grande, litoral do Rio de Janeiro. Há também o fato dos livros terem sido escritos e publicados/republicados no contexto da Ditadura Militar (1964-1985) e de todos os autores terem atuado na militância de esquerda, tendo, por isso, suas vidas completamente atravessadas pelos acontecimentos históricos do período.

Os relatos analisados são de experiências situadas durante a chamada Era Vargas (1930-1945), que tem início quando Getúlio sobe ao poder através da Revolução de 1930 - um movimento armado que depôs o presidente Washington Luís e impediu que o presidente eleito, Julio Prestes, assumisse o mandato. As eleições daquele ano quebraram a chamada Política dos Governadores, um arranjo de poder não oficial entre o governo federal e as elites estaduais, em que os representantes dos estados de São Paulo e Minas Gerais se alternavam no poder durante a Primeira República (1889-1930). Isso se deu quando o então presidente Washington Luís decidiu apoiar a candidatura de Julio Prestes, também oriundo das oligarquias cafeicultoras paulistas, ao invés de um representante das oligarquias mineiras. Assim, houve uma reorganização das forças políticas contrárias a Luís-Prestes, com a formação da Aliança Liberal, coligação pela qual Vargas concorreu como candidato à presidência e foi derrotado nas urnas, que reuniu representantes de outras oligarquias, abrigou

uma variedade de dissidências e indicava um programa de modernização do país (Vianna, 2003; Schwarcz e Starling, 2015).

Todo o longo governo Vargas seria, então, marcado por contextos de efervescência política assim como o que o levou à presidência. Logo no início, durante o Governo Provisório (1930-1934), Getúlio dissolveu as Assembleias Legislativas Estaduais e Municipais, substituiu os presidentes dos estados por interventores e impôs censura à imprensa de oposição, o que o fez enfrentar fortes movimentos oposicionistas em vários estados que exigiam eleições para os cargos executivos e a formação de uma Assembleia Constituinte, o que redundou na chamada Revolução Constitucionalista. Este evento foi uma guerra civil ocorrida em São Paulo entre julho e outubro de 1932, que teve como consequência a prisão e exílio de lideranças e militares paulistas derrotados, mas também consolidou a aliança entre Vargas e as Forças Armadas, assim como a convocação da Assembleia Constituinte para maio de 1933 (Schwarcz e Starling, 2015, p. 361-366).

Apesar de não ter se envolvido diretamente com a movimentação em São Paulo, foi no contexto da repressão à qualquer dissidência durante a guerra paulista que Heitor Ferreira Lima acabou sendo preso quando tentava seguir de Fortaleza, no Ceará, para Teresina, no Piauí em finais do ano de 1932. Enviado pelo Partido Comunista do Brasil¹ com o objetivo de reforçar o trabalho do PCB nos estados da região, sua viagem pelo Nordeste havia começado por Recife ainda em 1931, mas também teria passado por Natal antes de chegar na capital cearense. Sua trajetória de prisão teve início, então, na Casa de Detenção de Fortaleza, de onde depois foi transferido para a Casa de Detenção do Rio de Janeiro e para a Colônia Correccional de Dois Rios, em Ilha Grande - de onde é libertado apenas em 1942 (Lima, 1982, p. 146,147).

Poucos meses antes da prisão de Lima e de eclodir a Revolução Constitucionalista, Leôncio Basbaum também foi preso em São Paulo - mostrando que a repressão à dissidência política havia se iniciado antes mesmo do conflito armado. Na ocasião, diversas categorias profissionais estavam em greve, exigindo melhores salários e direitos trabalhistas, mas também reivindicando que Vargas realizasse a Constituinte. O PCB, na ânsia de fazer parte do movimento, convocou uma reunião do seu Comitê de Greve no sindicato dos gráficos, localizado próximo à Praça da Sé. Como membro do Bureau Político, Basbaum era encarregado de fazer um discurso que insuflasse os grevistas a expandir os protestos e reafirmasse o apoio do PCB, mas mal teve chance de começar a falar quando policiais à paisana invadiram o salão e o levaram preso, junto com outros militantes e sindicalistas. Pouco tempo depois, foi enviado para a Casa de Detenção do Rio de Janeiro e em seguida para a Colônia Correccional de Dois Rios, na Ilha Grande (Basbaum, 1978, p. 123-126). Basbaum e Lima foram vítimas da repressão ainda no Governo Provisório, quando Vargas governava por decretos e enfrentava forte oposição. Em 16 de julho de 1934, foi promulgada a nova Constituição e no dia seguinte

1. O Partido Comunista do Brasil foi fundado em março de 1922 por um grupo de militantes advindos de movimentos anarco-sindicalistas e entusiasmados com a Revolução Russa, tornando-se membro da Internacional Comunista em 1924.

Vargas foi eleito presidente da República pelo voto indireto. Nossos outros dois autores, Gregório Bezerra e Agildo Barata são presos no ano seguinte, 1935, por conta de suas atuações em posições de liderança nos levantes ocorridos em quartéis do Recife (capital de Pernambuco) e Rio de Janeiro, sob comando da Aliança Nacional Libertadora². Ambos também são os autores que passam mais tempo na prisão, pois são presos em 1935 e libertos apenas com a Lei de Anistia de 1945. À Barata coube liderar a sublevação 3º Regimento de Infantaria do Exército, situado na Praia Vermelha, no bairro carioca da Urca. Conta que, após horas de resistência contra as tropas do governo, os revolucionários capitularam e “saíram escoltados para a Av. Pasteur onde uma fila de ônibus da Light³, solicitamente colocados à disposição do Governo” aguardava; dali foram transportados para a Casa de Detenção da Rua Frei Caneca e mais tarde para Fernando de Noronha (Barata, 1978, p. 300).

Segundo Gregório Bezerra, para cumprir seu papel no levante de Recife, ele “deveria assaltar o quartel-general, a Secretaria de Segurança, o Palácio do Governo, a Central Telefônica e ocupar os pontos-chave da cidade”. Ele, porém, conta que houve um erro na ordem do comando e que foi obrigado a iniciar o levante praticamente sozinho. Isto é, a ordem emitida mandava pôr em prática o plano em um momento em que os quartéis se encontravam esvaziados dos oficiais e soldados comprometidos. Buscando dar conta da ordem sozinho, autor relata que acabou entrando numa troca de tiros com dois oficiais, sendo alvejado pelas costas por este último, recebendo um tiro na coxa. Conta com uma riqueza de detalhes a luta corporal que se seguiu com um sargento, mas da qual teria conseguido se livrar e tomar o CPOR. Mais tarde, ao tentar buscar em outros quartéis elementos que aderissem ao levante, acabou sendo levado ao pronto-socorro, onde recebeu voz de prisão. Por ser sargento do Exército, Gregório foi levado preso ao quartel general do Exército, de onde foi rapidamente transferido para a Casa de Detenção de Recife. Ali, foi mantido incomunicável até 1936, quando passou a sofrer interrogatórios sob tortura antes de ser enviado para Fernando de Noronha.

Os levantes de novembro de 1935 tiveram como efeito a prisão não só dos sujeitos que participaram diretamente, mas de boa parte dos membros da ANL e do PCB, como também de simpatizantes através da Comissão de Repressão ao Comunismo, em dezembro de 1935, causando a desmobilização da esquerda dentro da ANL. Esses homens foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional e, quando não foram presos sem processo, foram julgados sumariamente pelo Tribunal de Segurança Nacional. As cadeias ficaram superlotadas e navios da Marinha foram transformados em prisões flutuantes. Além disso, foram um pretexto importante para a aprovação do estado de sítio ainda naquele mês de novembro e o contínuo fechamento do regime, culminando na institucionalização da ditadura com o Golpe do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, suspen-

2. A Aliança Nacional Libertadora foi uma organização liderada pelo Partido Comunista do Brasil que reuniu militantes de diversas correntes de centro e esquerda com objetivo de se constituir como uma frente popular em oposição ao imperialismo e ao integralismo. Os levantes organizados pela ANL ocorridos em quartéis das cidades do Rio de Janeiro, Recife (Pernambuco) e Natal (Rio Grande do Norte) em novembro de 1935 que ficaram conhecidos como Intentona Comunista.
3. O autor se refere à Light Serviços de Eletricidade S.A., empresa que administra o fornecimento de luz elétrica na cidade do Rio de Janeiro desde o início do século XX.

dendo a Constituição de 1934 e as eleições que estavam previstas para o ano de 1938 (Schwarcz e Starling, 2015, p. 372-375).

Buscamos neste artigo realizar uma leitura das fontes autobiográficas e memoriais que tem como centro a análise das perspectivas dos autores sobre as prisões em que estiveram durante a Era Vargas e sobre os sujeitos com o quais travaram relações naqueles espaços. Elizabeth Cancelli argumenta que “o sistema penitenciário assumia gradualmente, depois de 1930, seu papel radicalizador: colocar sob a exclusão do mundo dos vivos certas categorias da população” (1993, p. 180). Apesar do estado de exceção imposto pelo governo de Getúlio Vargas, as categorias excluídas e legadas aos espaços do sistema penitenciário não eram homogêneas, nem se mantinham estáveis dentro das prisões. Longe de serem objetos inertes dentro de uma ordem repressiva que os imobilizava por completo, os presos comunistas demonstram papel ativo no processo de elaboração e reelaboração das categorias de “preso político” e “preso comum” e do imaginário sobre as prisões. A narrativa dos autores mostra vestígios da vida social encontrada e vivida pelos autores no cárcere, mostrando que, apesar do aparato político-repressivo, os sujeitos desenvolviam estratégias de sobrevivência social e de ampliação das margens de liberdade dentro das possibilidades encontradas e negociadas com as autoridades estatais dentro da prisão.

Tanto é que há toda uma produção de escritos, cartas, relatos de memórias, diários, entrevistas, etc. concebidos por presos durante ou sobre a experiência prisional. Estas fontes nos mostram o quanto aqueles homens mantiveram uma relação ativa com o mundo exterior, mesmo tendo a sua liberdade circunscrita à prisão. Philippe Artières afirma que a prisão, por vezes, constitui-se como uma “fábrica de textos”, visto que a escrita é uma atividade à qual indivíduos presos frequentemente dedicam boa parte de seu tempo no cárcere (Artières, 2000).

Além disso, não partimos de uma noção autoevidente de preso político, mas do pressuposto de que é uma categoria historicamente situada, contextual e relacional. Os autores das memórias, enquanto atores históricos buscam dar sentido a essa noção a partir da própria experiência, participando das disputas de significado em torno da prisão política. Ao relatar suas vidas, estes autores construíram narrativamente a categoria de preso político como uma identidade intrínseca às suas experiências de prisão. Essa construção narrativa não parte apenas da existência de uma legislação especial que criminaliza a prática política que atenta contra a ordem estabelecida pelo regime Vargas, mas tem sua formulação a partir da experiência cotidiana da prisão e na construção narrativa do relato.

Como os autores, ao narrar as experiências de prisão política que tiveram, acabaram por construir uma identidade para a categoria de preso político? Ao fazê-lo, como acabaram por construir uma imagem do outro, de forma dialética, oposta a imagem que construíram para si? Este trabalho busca perseguir e compreender estas questões em narrativas de memórias de autores que foram presos políticos nas décadas de 1930 e 1940. De forma dialética, os autores elaboram para si uma identidade de preso político que tem na categoria de preso comum a imagem do seu outro. Significa dizer que, para o militante preso que se identifica como preso político, o seu outro oposto é o preso comum, cuja imagem é depreciada e denunciada como fruto da degeneração moral e social.

Nossa análise se divide em duas partes. A primeira dedica-se à análise da noção de “coletivo” e como esse termo é articulado na narrativa da experiência prisional e na maneira como os autores descreveram a si mesmos e àqueles a quem identificam como iguais. A segunda parte busca compreender a imagem do outro visto como contrário de si, que por vezes é projetada nos guardas e nos presos políticos integralistas⁴, mas principalmente nos presos por crimes ditos comuns - é em relação a esta categoria que realizamos a análise. Para entender essa dialética da construção de si prisional, levamos em conta os relatos acerca da relação que os autores travavam entre os indivíduos que enxergavam como semelhantes e também o que diz respeito às relações que estabeleceram com os outros indivíduos que não se encaixavam na categoria de preso político, mas com os quais conviveram na prisão.

O COLETIVO

Segundo Agildo Barata, “um dos aspectos mais característicos da vida presidiária dos presos políticos de esquerda é a existência do ‘coletivo’. Tão depressa são encarcerados, os esquerdistas passam a organizar o Coletivo.” (1978, p.310). Já vimos anteriormente que Barata definia a si mesmo como um revolucionário, demonstrando assim o quanto a militância e a política tinham papel central na sua vida. Tanto ele quanto os outros autores encaravam a militância de forma orgânica, ao ponto do encarceramento modificar a sua dinâmica sem decretar seu fim ou interrupção, pois a política permeava toda a sua vida, em qualquer espaço, em qualquer momento - e assim deveria continuar sendo.

Em todas as obras autobiográficas analisadas neste trabalho, o coletivo aparece como uma questão importante pois o militante de esquerda não poderia deixar de sê-lo mesmo quando estivesse encarcerado e é dessa necessidade que surge a forma de organização. A prisão deveria se transmutar em mais um espaço de socialização da militância e o coletivo era o meio em que isso deveria se realizar, onde a sua militância intramuros deveria se tornar viável. A construção da identidade do preso político de esquerda, nos autores que trabalhamos, passa necessariamente pela forma como eles articularam essa ideia à experiência cotidiana de organização na prisão - por conta disso, faz-se necessário analisar essa noção, desessencializando-a.

Ainda segundo Barata, o coletivo funcionava como

“um organismo democrático: os cinco membros de sua diretoria eram mensalmente eleitos. E podemos afirmar: de 1935 a 1945 o único lugar onde havia democracia, no Brasil, e onde se realizavam eleições era nos presídios políticos onde a ditadura confinava os presos políticos da esquerda.” (1978, p. 311)

4. Os integralistas eram membros e militantes da Ação Integralista Brasileira, um partido político de massas inspirado no fascismo italiano. Muitos integralistas foram presos com base na Lei de Segurança Nacional por conta de episódios ocorridos em março e maio de 1937. O primeiro foi um levante em quartéis da Marinha e o segundo foi uma tentativa de tomada do Palácio Guanabara, residência do Presidente da República à época, e assaltos às residências de líderes políticos ligados a Vargas, com objetivo de tirá-lo do poder. Relatórios “Intentona integralista de 11 de Março de 1938” e “Movimento integralista - 11 de maio de 1938”. APERJ, fundo polícia política, setor integralismo, pasta 5, dossiê 1, folhas 706.

Também Gregório Bezerra se refere ao coletivo como um organismo democrático e descreve como essa democracia operava dentro da prisão:

“Nossa eleição bimensal do coletivo para a direção era democrática. A direção que saía apresentava a chapa oficial, mas a massa tinha o direito de propor emendas ou mesmo modificar toda a chapa oficial. Cada direção que saía promovia a reunião de todos para a votação. Depois da votação e da apuração, servia-se uma boa ceia. Era uma pequena festa, em que não faltavam piadas e humor, o que muito alegrava o pessoal. Todas as eleições eram acompanhadas de uma prestação de contas correspondente aos dois meses em atividades.” (Bezerra, 2011, p. 279)

Como podemos notar, a qualidade democrata atribuída ao coletivo tinha a ver com uma crítica ao regime autoritário de Getúlio Vargas, que se manteve durante 15 anos no poder e promoveu uma repressão que, dentre inúmeras consequências, lotou os presídios do país de presos políticos. A democracia como característica do coletivo também é notada pelos autores na realização de eleições para a sua direção, isto é, significava a possibilidade de votar para escolher quem os representaria na direção. Dentro dessa noção de democracia como possibilidade de escolha dos representantes, havia também a oportunidade de discordância com os antigos líderes, podendo a discordância vir a se tornar uma mudança concreta - inclusive tornando viável “modificar toda a chapa oficial”.

Significa dizer que os presos comunistas construíam dentro da prisão um espaço para o dissenso político que não encontravam no contexto político brasileiro. Podemos também notar que o momento democrático dentro do coletivo era uma oportunidade de exercício da militância política, não só por conta da votação para a nova direção, mas também pela “prestação de contas” dos dirigentes que deixavam o cargo. Além disso, era uma ocasião para uma socialização mais descontraída pois, como relata Bezerra, a eleição era acompanhada de uma “pequena festa”, momento que “muito alegrava o pessoal”.

Ao se referir ao tempo que esteve na Casa de Detenção, Gregório Bezerra afirma que o coletivo dos presos de esquerda ali tinha duas organizações: uma de massa, a Comissão Central dos Coletivos (CCC), e outra partidária, que orientava a primeira e cuidava das questões políticas. O autor relata que atuou como presidente da primeira organização e foi membro do secretariado da direção política. Com outros termos, mas mostrando que os presos comunistas sempre buscavam se organizar inspirando-se nas estruturas hierárquicas que haviam conhecido quando em liberdade que aparece na narrativa de Bezerra, Heitor Ferreira Lima diz que o coletivo e a célula do PCB não se confundiam, pois “a célula do Partido reunia-se separadamente, composta só por comunistas, abordando temas políticos e dirigindo o coletivo” e que este era composto “de [um] ajuntamento de comunistas e simpatizantes, vivendo e atuando separadamente dos presos comuns, malandros da pior espécie”.

A fala de Ferreira Lima denota também que havia uma separação no cotidiano prisional entre os presos políticos e os presos comuns que ia além da diferença de categorias de crimes nas quais foram condenados - exploraremos isso melhor mais adiante. Mas o que podemos perceber até aqui é que os presos políticos de esquerda tentavam reproduzir na prisão as estruturas hierárquicas partidárias e a experiência de militância que vivenciavam antes em liberdade. O coletivo não era um partido, mas

operava como o PCB, era parte dele e da sua rede de sociabilidade. Para esses autores, então, a noção de democracia não era necessariamente contraditória à hierarquia partidária até certo ponto rígida se lembrarmos que o Partido Comunista do Brasil de então era diretamente influenciada pela União Soviética stalinista.

Os autores apontam, quando falam sobre o coletivo, que a organização tinha como objetivo a realização de algumas funções e atividades dentro do cárcere. Barata, afirma que, logo ao ser formado o coletivo “passa[va], então, a coordenar as atividades dos presos políticos de esquerda e a representá-los nas inevitáveis relações com as administrações dos presídios.” (1978, p. 310) Mostrando, então, que o coletivo tinha origem na necessidade dos presos políticos serem vistos enquanto um conjunto coeso diante das autoridades prisionais - primeiro outro com o qual o preso tem contato. Por sua vez, Leônicio Basbaum aponta que havia grande importância atribuída à função de manter os presos políticos como militantes ativos quando narra que, logo ao chegar na Casa de Detenção do Rio de Janeiro após transferência, os presos trataram logo de organizar o coletivo, “composto de cinco pessoas, e a distribuir o tempo, marcando horas de discussão e estudos teóricos para os que quisessem: marxismo, situação brasileira, União Soviética, socialismo etc.” (1978, p. 127)

Como para estes homens as ideias deveriam orientar e dar forma à prática política, podemos compreender o quanto o coletivo deveria exercer a função de organizar o cotidiano prisional de forma que o tempo encarcerado não fosse tempo perdido em que não mantiveram atividades políticas. Do contrário, deveria valer de aprendizado político para aqueles indivíduos que tinham consciência de viver sempre sob a possibilidade de repressão política e de uma nova prisão. Barata menciona as funções de “coordenar as atividades” e representar os presos políticos “nas inevitáveis relações com a administração dos presídios”, dando a ver que havia uma dinâmica de atividades cotidianas realizadas pelos presos e que as relações que travavam com os outros na prisão dependia de uma mediação que se tornava possivelmente menos desequilibrada quando feita de forma coletiva.

As atividades realizadas pelo coletivo tinham natureza pedagógica, social, política, econômica e de recreação. Acima, Basbaum fala sobre as “horas de discussão e estudos teóricos”, que se encaixariam na categoria de atividades que tinham cunho pedagógico, mas também político. Barata relata a existência do que chama de “Universidade do Coletivo” na qual “o Coletivo organizava cursos de humanidades, começando por liquidar o analfabetismo... Havia cursos de Filosofia, de Economia Política e cursos de História Universal e do Brasil”. O autor também afirma que ocorriam conferências “de nível bastante elevado e realizadas por conferencistas de notável saber” e cita nomes de lideranças políticas e intelectuais dentro da esquerda como Maurício Medeiros, Hermes Lima, Castro Rabelo, Leônidas Rezende, Rodolfo Ghioldi e Frederico Carpenter (1978, p. 311-312). Podemos entender que a necessidade de estudos teóricos e discussões sobre diversos temas era fruto tanto uma necessidade de manter ativas as ideias que moviam a militância quanto da existência de presos políticos que antes atuavam como intelectuais, professores universitários, teóricos do Partido, etc. quando em liberdade.

Por sua vez, Bezerra demonstra que para além das atividades com horários fixos estabelecidos pelo coletivo, havia também espaço para atividades extraordinárias, que surgiam da necessidade do momento. Os presos políticos em Fernando de Noronha acompanharam “com atenção e entusiasmo” as notícias da Segunda Guerra Mundial no rádio clandestino e “o pacto de não agressão entre a URSS e a Alemanha nazista deu motivos a muitas conferências políticas de nosso querido camarada Rodolfo Ghioldi e de outros camaradas de nosso coletivo”, mostrando que a vida política e social dentro da prisão insular não se mostrava tão diferente do que seria fora, mas continuava ativa e adaptada às possibilidades disponíveis ali (Bezerra, 2011, p. 279).

Já as atividades com funções recreativas são onde se encaixam as ocasiões em que os presos produziam algum entretenimento para seu próprio grupo, mas mesmo estas não eram alienadas do caráter político e militante. Bezerra conta que os presos políticos em Fernando de Noronha organizaram festejos natalinos e juninos, visando “três objetivos: o econômico, o político e o recreativo”. Entendiam dessa forma provavelmente porque as festas se mostravam momentos em que os presos políticos podiam, além de se divertir, comercializar o que produziam, acumulando algum dinheiro, e também exercitar sua militância política, através da socialização com outros presos, funcionários e moradores da ilha.

O autor também relata a criação de um time de futebol dos presos políticos chamado “Os Diabos de Fernando” e Barata enfatiza o quanto o teatro e a música eram importantes formas de entretenimento para fazer o tempo passar, ao contar sobre como os presos políticos compunham e entoavam músicas que iam desde marchinhas de carnaval a “marchas patrióticas revolucionárias” (Bezerra, 2011, p. 277; Barata, 1978, p. 312 - 313). Mesmo levando em conta a ilusão biográfica intrinsecamente presente na construção dessas narrativas e a necessidade de reafirmar que a coerência e harmonia reinavam entre os presos políticos, ainda sim as narrativas nos mostram que as interações sociais, o futebol, as festas, o teatro e a música, além da realização dos debates políticos e aulas sobre filosofia, história e economia, compunham caracteres de uma vida social dentro da prisão viva e rica. Essa intensidade e riqueza de detalhes da vida prisional exprime que os sujeitos que se encontravam no cárcere conseguiam desenvolver estratégias para aumentar suas margens de liberdade dentro da prisão, apesar da vigilância e apesar de todo o aparato coercitivo montado pelo estado totalitário do regime Vargas, que os levou à prisão.

O coletivo é também sempre referido como o responsável por administrar os bens enviados aos presos pelos familiares, por distribuir entre todos e por cuidar da subsistência dos presos políticos menos favorecidos - por vezes, também de seus familiares. Sobre esse assunto, Bezerra afirma que “Éramos uma grande família. Tudo era de todos, principalmente daqueles que mais necessitavam, não só de alimentação como os remédios, vitaminas, etc”. Inclusive, ele conta que, em Fernando de Noronha, os presos políticos que adoeciam recebiam reforço na alimentação, como mais leite e mais proteína, para que recuperassem a saúde o mais rápido possível. Mais adiante, o autor também relata que os objetos produzidos por eles na oficina de artesanato que criaram em Ilha Grande eram vendidos e com

“o lucro da seção de vendas e a pequena ajuda dos amigos, suplementávamos as nossas refeições [...]; comprávamos remédios para os que necessitavam, fornecíamos papel, envelope e selos para sua correspondência e ainda fornecíamos à família dos companheiros mais necessitados uma média de 150 a 200 mil-réis por mês, a cada uma delas” (Bezerra, 2011, p. 276 e 290).

Além da responsabilidade de “cuidar e distribuir equitativamente o que tínhamos (cigarros, doces, café)”, bens que em geral eram enviados pelos familiares, era uma incumbência do coletivo “evitar ou desfazer descontentamentos” que pudessem ocorrer entre os presos políticos e os outros sujeitos que compunham com eles a comunidade prisional (Lima, 1982, p. 167). Dessa forma, os autores mostram que apesar de serem “como uma grande família”, nas palavras de Bezerra, a convivência diária, durante anos em alguns casos, acabava por desgastar a relação que havia entre eles enquanto coletivo. O surgimento de mal-entendidos, brigas e discussões demonstram que, por mais coeso que se mostrasse enquanto coletivo diante da administração prisional, a organização não era completamente impermeável às tensões e conflitos. Antes, funcionava como uma tentativa de evitá-los, buscando conformar o cotidiano prisional de maneira que os presos políticos tivessem uma experiência de clausura o mais parecida possível com a experiência de militância fora da prisão.

Por outro lado, porém, o coletivo buscava desempenhar o papel de criar uma coesão entre os presos políticos que fosse suficiente para mantê-los unidos diante do que considerassem o outro. Assim, em caso de greves, reivindicações de melhorias e reclamações, a organização funcionava como uma estratégia de comunicação formal, mediação e negociação entre eles e o outro que necessariamente não fazia parte do coletivo - a instituição carcerária e os outros presos. Esses momentos em que o coletivo precisava lidar com agentes da administração do presídio ou com os presos por crimes da justiça comum nem sempre ocorriam de forma tranquila e pacífica. Por conta disso, Barata afirma que:

“Como era natural, o Coletivo era odiado pelas administrações dos presídios. Estas não o reconheciam e sempre que podiam (e elas podiam sempre) agrediam com a maior violência aquele organismo que assegurava a nossa coesão e que, assim, reduzia, de muito, os efeitos dos golpes desumanos e terroristas dos selecionados carcereiros da ditadura” (1978, p. 313).

Como relatou Barata, a interação muitas das vezes era conflituosa e violenta e os funcionários da administração do presídio eram vistos como agentes da força e da repressão, representantes diretos do governo responsável pelo seu encarceramento. Um outro que é oposto por ser representante do inimigo direto - Getúlio Vargas. Diante deles, fazia-se necessário ao coletivo que mantivesse “a unidade entre os presos, impedindo que os carcereiros utilizem a força que possuem para mais oprimir os presos se estes se apresentarem desunidos” (Barata, 1978, p. 310).

Porém, além do outro presente na imagem dos guardas e funcionários administrativos da prisão, os autores constroem a imagem de um outro. Os presos comuns aos quais se referem, que são presos por motivos não políticos ou por crimes da chamada justiça comum, tem uma imagem construída narrativamente bastante singular. Esta, é colocada em um espaço oposto à toda ideia de heroísmo presente na imagem de preso político que os autores constroem para si, afinal percebem-se como ho-

mens que dedicaram toda sua vida à causa política e que, mesmo dentro da prisão, não se deixaram abater pela repressão e continuaram organizados. Os autores, enquanto presos por motivos políticos enxergam a si mesmo como heróis nacionais, revolucionários, exemplos de militância e de humanidade. Os homens presos por quaisquer outros motivos são vistos por aqueles como “malandros da pior espécie”. Sobre isso, precisamos nos deter um pouco logo adiante.

“A PROMISCUIDADE COM A MAIS BAIXA CATEGORIA DA MALANDRAGEM”

Ao relatar a primeira vez em que esteve preso (entre 1917 e 1922) na Casa de Detenção de Recife, Gregório Bezerra descreve o episódio de tentativa de estupro que viveu quando tinha apenas 17 anos. Narra que um dia recebeu ordem de mudar para uma cela onde cumpriam pena alguns presos aos quais se refere como “pederastas”:

“Anísio, Ricardo, Brás e mais uma meia dúzia de presos protegidos da diretoria eram os mandachuvas [sic] do presídio. Davam ricos presentes ao diretor, ao subdiretor e aos funcionários mais categorizados e também a certos guardas e, por isso, desfrutavam de todos os privilégios, enquanto os demais presos, para conseguir o mínimo que fosse da diretoria, tinham que se valer do prestígio dos privilegiados, do contrário não seriam atendidos.” (Bezerra, 2011, p. 167)

Assim que recebeu o aviso sobre a mudança, Bezerra disse para os companheiros da cela em que se encontrava que “preferia morrer a *me desmoralizar* e que me defenderia até a morte” e para isso se preparou, introduzindo uma faca peixeira na nova cela. “Às sete horas da noite, quando terminamos o serviço do rancho dos meninos, fomos recolhidos à cela. Tomei banho, supondo ser o último da minha vida. Voltei ao cubículo. Fumei um cigarro e deitei-me”. Depois, conta que

“Ricardo entrou, fez café, ofereceu-me. Não respondi nada. O coração batia. Estava sofrendo um drama dos mais horríveis em minha vida... Ele continuou passeando pela cela. Tomou mais uma xícara de café e fumou mais um cigarro e, supondo-me dormindo, passou a mão no meu peito. Levantei-me bruscamente e dei-lhe um soco com toda força na cara. O sangue espirrou do nariz e atraquei-me com ele, que escorregou e caiu com a cara em cima da privada. Eu ia tirando a faca que havia escondido atrás do cano de esgoto, quando ele gritou por socorro. Os guardas ouviram os barulhos e os gritos, abriram a grade, entraram na cela e nos separaram. Fui transferido para a cela número oito da mesma galeria.” (Bezerra, 2011, p. 168)

Apesar de deslocado na cronologia abordada neste trabalho, o trecho acima retirado das *Memórias* de Gregório Bezerra é emblemático ao apresentar as noções de honra presentes tanto na sua narrativa quanto na dos outros autores. Para Bezerra, morrer aparece como uma possibilidade mais factível e aceitável do que sofrer assédio nas mãos do preso que qualifica como pederasta. Notemos que o que lhe preocupava não era exatamente a possibilidade de sofrer a violência; sua preocupação tinha raízes na crença de que passar por isso atingiria a sua honra enquanto homem e o desmoralizaria diante de seus pares. Por isso, entre morrer e se desmoralizar, o autor afirma preferir a primeira opção.

Como já dissemos antes, os autores enxergam na sua experiência de militância e de prisão política uma imagem de heroísmo, pois se pensam como homens que sacrificaram suas vidas pessoais em razão da causa política e que, por isso, sofrem a pena de prisão. Gregório Bezerra inclui-se nisso. Quando narram sobre a experiência no cárcere, esta é descrita como um sofrimento que foi vivido bravamente pois não foi suficiente para abater o preso político, antes acabou por tornar mais fortes as suas convicções políticas e sua militância. Os nomes dados aos capítulos das memórias de Heitor Ferreira Lima e Leôncio Basbaum são exemplares ao anunciar as experiências de prisão como parte dos anos de maior intensidade de suas militâncias, *Anos duros de combate* e *Os Tempos Ásperos*, respectivamente. Nesta imagem de heroísmo, estão correlacionadas a importância da militância política e a retidão moral, afinal alguém que abdica de suas realizações pessoais em prol de um ideal e padece sofrimentos por isso automaticamente é visto como alguém que se importa com o mundo e com as pessoas, sendo também e portanto, automaticamente um bom ser humano.

A construção da própria imagem passa pela construção da imagem do outro - por contraposição, como um espelho invertido. Logo, se a imagem que constroem para si mesmos é de heroísmo e retidão moral, os presos políticos se veem como o contrário de um outro, cuja imagem constroem para se contrapor. Nas obras, esse outro aparece principalmente na imagem que tecem dos presos por crimes ditos comuns, mas também quando falam dos presos políticos integralistas e dos guardas da prisão. Dessa forma, há uma pluralidade de outros. Em um movimento subjetivo e dialético, os presos políticos enxergam os outros sujeitos como o seu completo oposto, como seu polo negativo. Por conta disso, os presos por crimes ditos comuns são narrados como sujeitos completamente degenerados, mergulhados na mais completa promiscuidade e baixa moral.

Basbaum afirma que “aquilo que tínhamos no presídio, era positivamente a escória da humanidade: ladrões tipo pé de chinelo, vagabundos, bêbados, pederastas e até mesmo débeis mentais, como logo descobrimos.” (Basbaum, 1978, p. 134) O autor generaliza todos os outros homens que ali estavam condenados por motivos não políticos como seres humanos de uma categoria inferior, pois seriam ladrões e malandros. A inferioridade seria provada, inclusive, logo na frase seguinte, quando afirma que um “político” acabara de ser roubado. Da mesma forma que um militante não deixava a política ao ser encarcerado, era de se esperar que um ladrão também não deixasse de cometer roubos ao ser posto na prisão pois tais práticas, apesar de completamente diferentes, são entendidas pelos autores como naturais, como parte da identidade daquele outro. Basbaum vai mais longe ao enumerar o que eram os presos que ele qualifica como “escória da humanidade”, ao equiparar “ladrões, vagabundos, bêbados, pederastas e débeis mentais”, como se estas categorias fossem equivalentes.

Se na imagem que constroem para si o heroísmo político e a retidão moral estão correlacionadas como as qualidades intrínsecas que teriam o preso político, no preso comum aparecem correlacionados o fato de ter cometido qualquer crime dito comum e a suposta baixa moral de sua humanidade. Para o preso político, que tem como motivo de seu encarceramento a prática política injustamente criminalizada, não existe possibilidade de compreender o indivíduo que comete um crime se não

pelas suas falhas de caráter, o que demonstra ironicamente que aqueles homens que tinham a política como centro das suas vidas possuíam uma profunda dificuldade de compreender as implicações políticas e sociais relacionadas à criminalidade.

Apresenta-se também na pluralidade de outros uma hierarquia moral. A maior baixa moral e as piores falhas de caráter eram relacionadas aos presos comuns que apresentavam um comportamento sexual desviante da normatividade heterossexual. Assim, os homens que praticavam sexo com outros homens dentro da prisão eram referidos como *pederastas* e vistos como um seres mais inferiores que os outros que eram apenas ladrões, assaltantes, assassinos. Por conta dessa associação, a conduta sexual dos presos por crimes ditos comuns dentro da prisão é o incômodo central na imagem construída pelo preso político de seu outro. É significativo que os indivíduos presos de esquerda demonstrem tanto espanto com as práticas homossexuais, pois denota que, apesar de se reivindicarem como politicamente progressistas e revolucionários, mostram-se extremamente conservadores no que diz respeito à sexualidade que foge à heteronormatividade, algo muito próximo do notado por Lynn Hunt quando analisa os revolucionários franceses e a forma estigmatizada como atacavam a moral sexual da corte e da família real (Hunt, 1999, p. 329-370).

Caulfield e Schettini (2017), em trabalho que busca mapear como operaram as relações de gênero e sexualidade no Brasil após a Independência, demonstram que durante o regime Vargas de 1930 a 1945 a homossexualidade assim como os direitos dos trabalhadores e das mulheres foram temas de intenso debate. Porém, ao mesmo tempo, a sexualidade continuou a ter um traço extremamente patriarcal e racializada - o que nos dá uma pista para compreender a mentalidade dos autores enquanto presos políticos. As autoras argumentam que Vargas, inspirando-se na interpretação de Gilberto Freyre sobre a miscigenação brasileira, acabou por propagar a noção de “brasilidade” que negava as diferenças raciais e exaltava a honra masculina do trabalhador brasileiro. Para tanto, utilizou a sua própria imagem de maneira paternalista ao referir-se a si mesmo como “pai do povo” e ao representar seu estado corporativista através da metáfora da família patriarcal tradicional enquanto promovia a autoridade masculina da classe trabalhadora em mensagens sobre família e honra nacional.

Mesmo sendo oposição à Vargas, como homens do seu tempo, os autores haviam internalizado essas noções de honra e autoridade masculinas promovidas pelo governo dentre a classe trabalhadora e era através dessas lentes que teciam críticas aos seus companheiros de cárcere. Tais noções tem raízes que operam na sociedade brasileira desde os tempos coloniais e, por isso, levavam os presos políticos a julgar de forma negativa a prática de atividades sexuais que fugissem da normatividade heterossexual característica do patriarcado. Assim, as práticas sexuais entre homens que se encaixavam na categoria preso comum, portanto, são sempre qualificadas como promíscuas, depravadas, vulgares, mas pode ser interessante buscarmos depreender das narrativas dos presos políticos algumas chaves de entendimento utilizadas por eles para explicar o comportamento sexual desviante dos presos comuns.

Ao contar sobre a experiência de prisão em Ilha Grande, Heitor Ferreira Lima afirma que:

“[...] a Colônia Correccional [de Dois Rios] era o presídio mais abjeto que havia, para onde mandavam a escória da malandragem, como os ladrões de todos os tipos: batedores de carteiras, ventanistas, descuidistas, arrombadores, assaltantes e ainda assassinos, pederastas, débeis mentais, valentões de toda espécie, enfim, gente sem o menor sentimento humano nem escrúpulo ou qualquer consideração pelos outros e ainda com trabalhos forçados e sujeitos a constantes surras com vara de marmelo.” (Lima, 1982, p. 163, 164)

Se para Basbaum os presos por crimes ditos comuns eram a “escória da humanidade”, podemos notar que para Lima eles não se constituíam como algo muito melhor, sendo qualificados como a “escória da malandragem”. Porém, da mesma forma que o primeiro, este autor coloca na mesma categoria os indivíduos que se encontram na prisão por terem sido condenados por crimes como assalto e assassinato com “pederastas, débeis mentais, valentões”. Significa dizer que a pederastia, como era entendida a prática de relações sexuais entre homens, era vista por eles de uma forma criminosa, apesar de ter deixado de ser tipificada como crime ainda no Código Criminal de 1830, da época do Brasil imperial⁵. Também a “valentia” aparece aqui como uma prática criminosa, assim como a debilidade mental. A primeira provavelmente se referia a indivíduos que tinham algum papel de liderança dentro da prisão conquistada através do uso da força; a segunda demonstra a maneira preconceituosa e estigmatizada com que as pessoas com deficiências mentais eram vistas.

Mais à frente, Lima continua o relato sobre os presos comuns, mas abandona o argumento moralista e passa a relacionar a falta de higiene no cárcere com os roubos de objetos de higiene pessoal que pertenciam aos presos políticos e com a prática da pederastia, deixando claro o horror e repulsa que sentia por conviver com os presos comuns e por escutá-los tendo relações sexuais. Vejamos:

“[...] O mais repulsivo, contudo, era a promiscuidade com a mais baixa categoria da malandragem. Viviam sujos, quase sem banhos, exalando mau cheiro, cuspidando e escarrando em qualquer lugar, roubando tudo que podiam: sabão do nosso uso, escova de dentes, o que nos obrigava a mantê-los continuamente nos bolsos, não possuindo qualquer reconhecimento humano, parecendo mais animais do que gente. A pederastia, muito disseminada, se praticava à noite, debaixo de nossas ‘camas’, ouvindo-se o ruído, suspiros, gemidos, com homens mais velhos, metidos a valentões, que durante o dia e no trabalho os tratavam com cuidado, conseguindo-lhes café, cigarros, pão com manteiga, defendendo-os nas ocasiões de brigas, chamados por isso de ‘esteios’. Em sua totalidade provinham dos abrigos de menores, onde se viciaram. Aquela convivência tornava-se chocante, brutal, repugnante mesmo.” (Lima, 1982, p. p. 168, 169)

Novamente podemos constatar que, apesar da vasta formação política, esta não proporciona consequentemente os meios para o autor compreender a prisão como fruto da sociedade desigual da qual faz parte. Ao invés de compreender a falta de higiene dos presos comuns como parte de um problema estrutural, onde a prisão não se constitui como um espaço que oferece as condições sanitárias necessárias e básicas e que, diferente dos presos políticos que em geral tinham suporte de suas famílias e do

5. A homossexualidade deixou de ser crime com o Código Criminal de 1830, mas homens que praticavam sexo com outros homens continuaram a sofrer repressão policial nas décadas subsequentes e mesmo no século XX. Era frequente durante as décadas de 1930 e 1940 que homossexuais fossem enquadrados nos Artigos 282 do Código Penal (ultraje público ao pudor) ou Artigo 399 (vadiagem) do Código Penal de 1890, principalmente quando as práticas sexuais entre homens ocorriam em espaços públicos. Ver: Green, J. (2000) *Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: ed. Unesp, p. 156.

PCB, os presos comuns por vezes acabavam abandonados à própria sorte. Além disso, ele apresenta outro tema recorrente quando se trata da prática da pederastia, que é o fato de presos mais velhos e mais fortes forçarem presos mais novos e mais fracos ao ato sexual.

A relação entre presos mais novos com presos mais velhos aparece no relato acima como algo no qual os primeiros se viciaram ainda quando eram menores de idade. É recorrente a referência às práticas de sexo entre homens como vício, assim como dos praticantes como viciados. Por isso, a orientação e identidade sexual dos presos que praticam a pederastia não são uma questão e a explicação dos presos políticos é simplista: eles foram forçados a praticar sexo com homens mais velhos e mais fortes e acabaram viciados nisso. A dicotomia entre esses dois tipos de presos é sempre exposta como desigual e desequilibrada: presos mais velhos são sempre qualificados como mais fortes e utilizam a força para aliciar os presos mais novos, que são descritos como mais fracos também. A prática sexual entre esses presos é vista como uma troca de favores, em que sexo é permutado em proteção dentro da prisão.

Madame Satã, figura que ficou muito conhecida como malandro da Lapa naqueles anos e que também esteve preso na Ilha Grande, onde fixou residência ao fim da pena, comenta sobre esses temas em entrevista ao Pasquim. Quando Millôr Fernandes lhe pergunta sobre o que pensa acerca do cantor Osvaldo Nunes, que afirmava que seu “homossexualismo” [sic] foi adquirido na prisão, onde teria sido violentado, Satã diz que isso é

“Conversa fiada, é mentira. É mentira porque na cadeia ninguém faz isso no peito. Tirei 27 anos e oito meses de cadeia e nunca vi ninguém fazer isso no peito. Fazem por livre e espontânea vontade porque querem fazer. Quando eu fui para a cadeia já era pederasta, já era viciado, nunca fiz isso no peito.” (Jaguar, 1976, p. 153)

Na fala de Satã, “fazer isso no peito” tem como significado fazer sexo com outro homem à força; sendo assim, ele contradiz os presos políticos quanto a existência do estupro na prisão, afirmando que os homens que praticavam a pederastia faziam-no por livre escolha. Ao ser questionado em seguida sobre a prática da homossexualidade ser um vício, Satã diz que “para uma parte [dos presos que praticam] é” mesmo, mas continua dizendo que isso não acontecia de maneira forçada, que quem praticava o fazia por “livre e espontânea vontade” mas também em troca de determinadas regalias que outros presos poderiam lhe proporcionar.

“Mesmo no tempo do xerife só se viciava quem queria. O sujeito chegava lá, filho de papai e mamãe, tinha o olho grande, apanhava o cigarro do chefe do alojamento, comia a comida do chefe do alojamento porque queria comer uma comidinha melhor, queria dormir na manta do chefe do alojamento, queria tomar banho com o sabão do chefe do alojamento, ora...” (Jaguar, 1976, p. 154)

Basbaum nota essa relação de permuta que envolvia a conduta sexual e demonstra que era algo que se propagava pelas gerações de presos:

“Havia também menores presos, rapazolas de 16, 17, 18 anos, os ‘pivetes’ que, para se defender, buscavam a proteção de ladrões mais velhos e mais fortes, com os quais se ‘amigavam’. Eram, então, intocáveis, por uma convenção tácita.

Esperavam apenas o tempo suficiente para ficarem mais velhos e mais fortes, para, por sua vez, fazerem o mesmo com outros 'pivetes'." (Basbaum, 1978, p. 134)

Na citação acima, há também a indicação de que a pederastia não era apenas uma prática pontual. Ao dizer que eles "se amigavam", o autor nos dá a entender que esses presos não apenas praticavam sexo entre si para satisfazer-se sexualmente, mas provavelmente viviam algum tipo de relação homoafetiva. Isso não diminui a gravidade que os autores atribuíam ao que viam, ao contrário fazia parte do que consideravam ser um escândalo. Basbaum continua seu relato sobre os presos comuns afirmando que:

"Para mim, aqueles presos eram todos irrecuperáveis, mergulhados na lama abjeta da depravação, até aos cabelos. Para eles somente havia dois mundos, os que conheciam: o dos 'otários', as pessoas que tinham algo que eles queriam e não compreendiam por que lhes fosse proibido tomá-lo; e o deles, o mundo livre da depravação, onde a liberdade não tinha limites. Habitavam-se de tal modo à prisão que muitos deles quase não conheciam outra vida. Para além desse conceito de vida, nada mais existia. Como pode sobreviver uma sociedade que produz tais frutos? Mesmo eu, que já havia convivido com toda espécie de ladrões e marginais, estava chocado." (Basbaum, 1978, p. 135)

Afirmando veementemente o quanto estava chocado, Basbaum diagnostica que os presos comuns pertenciam a uma classe de pessoas "irrecuperáveis", que não conheciam limites para a liberdade e propriedade e isso os levava a viver na prisão, que qualifica como a "lama abjeta da depravação", o "mundo livre da depravação". E despende uma crítica à sociedade como produtora de indivíduos praticantes de atos tão vis, ao se perguntar "Como pode sobreviver uma sociedade que produz tais frutos?".

As críticas ao comportamento dos presos por crimes ditos comuns são baseadas na degeneração na qual estariam mergulhados e apresentadas para atestar o quanto a prisão não se prestava ao seu papel de corrigir os sujeitos, mas acabava por degenerá-los moralmente ainda mais. Suas críticas se aproximam do discurso policial sobre os presos e criminosos comuns, mas também do que Lila Caimari (2004, p. 187-194) chamou de saberes criminológicos "profanos", ao mostrar que os debates sobre teoria criminológica circulavam pela grande imprensa e provavelmente eram fruto do debate público com um número de publicações crescentes desde o fim do século XIX. Sendo assim, mesmo que os autores não tivessem formação em criminologia (com exceção de Basbaum que, por ter cursado medicina, deve ter estudado em algum momento um pouco de medicina legal), podemos identificar uma similaridade nos seus discursos com a teoria da delinquência de Enrico Ferri, socialista e discípulo de Lombroso que entendia que a prisão era produtora de criminalidade numa sociedade que apodrece os indivíduos, o que demonstra que essas ideias circulavam na sociedade e permeavam o senso comum.

Nas colônias penais de Fernando de Noronha e Ilha Grande, os presos políticos da ANL também conviveram com presos políticos integralistas. Assim como a administração do presídio era vista como outro por serem representantes da repressão do Governo Vargas, os integralistas também eram um outro que configuravam um inimigo político. Sobre eles, Bezerra diz que

"Abismavam-se ao ver a nossa união: operários, soldados, marinheiros, médicos, engenheiros, oficiais, todos entrelaçados irmãmente, sem nenhum ranço de superioridade ou inferioridade; enquanto

entre eles reinava a mais absoluta hierarquia militar em todos os escalões. Oficiais eram oficiais, sargentos eram sargentos e marinheiros eram marinheiros.” (Bezerra, 2011, p. 277)

Acima, Gregório Bezerra faz uma comparação entre as formas que os presos políticos integralistas e os presos políticos de esquerda lidavam entre seus iguais no cotidiano da prisão. Estes se tratariam com igualdade e fraternidade e aqueles de forma desigual e hierárquica. Porém, como vimos anteriormente, os presos de esquerda se organizavam no cárcere em um coletivo, que refletia e buscava reproduzir a organização partidária que existia fora dos muros da prisão - esta, por sua vez, era muito hierárquica, inclusive porque o Partido Comunista do Brasil se baseava no Partido Comunista Soviético.

O autor continua mostrando sua perspectiva sobre os integralistas, contando que

“O que havia de bom era para os oficiais, que não se misturavam com a massa. Esta, que nada recebia do continente, sem nada ficava porque entre eles predominava o mais profundo egoísmo e individualismo. Reinava o lema: ‘O que é meu é meu, e estamos conversados’. Não tinham coletivo organizado e, quando algum dava uma migalha a outro, era por simpatia ou por serviços prestados. Viviam brigando entre si, dividindo-se e subdividindo-se, mas o pior de tudo era a pederastia que existia no meio deles. As brigas começavam pelo chefe, que se arotavam constantemente.” (Bezerra, 2011, p. 277)

Diferente dos presos de esquerda que agiriam entre si com fraternidade e igualdade, os presos integralistas são percebidos como o contrário negativo, pois agiriam entre seus iguais com egoísmo e hierarquia. Além disso, Bezerra também afirma que há pederastia no meio deles, como entre os presos comum - ele não se detém em analisar, mas afirma como um dado, como mais uma característica que provasse não apenas a inferioridade dos integralistas, mas a superioridade moral dos comunistas.

CONCLUSÃO

Ao relatar suas memórias sobre a experiência de prisão política, os autores acabaram por apontar a experiência do coletivo como uma forma de construir narrativamente a imagem heroica do preso político que não deixa de lado nunca a sua militância ou a identidade de revolucionário. Antes, a transporta para o cárcere, adaptando as atividades militantes para a prisão política. Por consequência, esses autores acabaram por tecer imagens de seus outros, sujeitos que eles travaram relações no contexto da prisão política e que identificavam características opostas às suas.

Em primeiro lugar, a administração e os guardas da prisão aparecem como um outro relacionado ao governo de Getúlio Vargas, ao qual os presos políticos de esquerda se opuseram, sofreram repressão e prisão. Diante deles, era necessário que se mantivessem organizados, tal como Agildo Barata argumenta sobre o motivo de criação do coletivo. Em segundo lugar, os presos comuns aparecem como o outro que mais causa espanto aos presos de esquerda, por identificarem sua conduta moral como degradante e criminosa. Prova disso seria a sexualidade que consideravam desviante como justificativa para todos os outros desvios que atribuíam ao seu outro, relacionando sexualidade e criminalidade. Em terceiro lugar, os presos políticos integralistas eram vistos como um outro,

principalmente por do espectro ideológico - afinal os presos de esquerda, maioria comunista, faziam parte da ANL, uma frente antifascista. Mas também por identificarem que, no cotidiano prisional, os integralistas interagiam entre si de forma egoísta e hierárquica, quando os aliancistas se organizavam de forma fraternal e com igualdade. Em meio a essas construções de imagens e identidades, os autores também teceram críticas às prisões, ao governo Vargas e à sociedade brasileira das décadas de 1930 e 1940 - o que demonstra o papel ativo que os sujeitos encarcerados desempenham apesar da clausura.

Em um país profundamente complexo como o Brasil, existem sempre questões políticas no entorno de quase todas as prisões efetuadas - problemas como a política de enfrentamento ao tráfico de drogas, o racismo estrutural, a acentuada desigualdade socioeconômica. A análise da noção de preso político encontrada nas memórias de Barata, Basbaum, Bezerra e Lima nos mostra que não há uma dimensão essencialmente política na imagem do preso político e uma dimensão essencialmente apolítica no preso comum. Em nenhuma das duas categorias essas dimensões se sustentam como absolutas quando voltamos o olhar para a experiência social desses homens. Mas se apresentam como contraditórias, contextuais e relacionadas à experiência social.

BIBLIOGRAFÍA:

- Artières, P. (2000). *Les Livres de Vies Coupables: autobiographies de criminels (1896-1909)*. Paris: Éditions Albin Michel.
- Barata, A. (1978). *Vida de um revolucionário (memórias)*. São Paulo: Alfa-Ômega.
- Basbaum, L. (1978). *Uma vida em seis tempos (memórias)*. São Paulo: Alfa-Ômega.
- Bezerra, G. (2011) [1979 edición original]. *Memórias*. São Paulo: Boitempo editorial.
- Bretas, M. (2009). O que os olhos não veem: Histórias das prisões do Rio de Janeiro. Em: Bretas, M., Costa, M., Maia, C., Neto, F.S. (Eds.). *História das prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, vol. 2.
- Caimari, L. (2007). *La ley de los profanos: Delito, justicia y cultura en Buenos Aires (1870-1940)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Cancelli, E. (1993). *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Caulfield, S., Schettini, C. (2017). Gender and sexuality in Brazil since Independence. *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. Oxford, England: Oxford University Press.
- Cytrynowicz, R. e Maio, M. (2003) *Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil*

- (1932-1938). Em: Delgado, L. A. Ferreira, J. (orgs.). *O Brasil Republicano Tomo 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 39-61.
- Green, J. (2000). *Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp.
- Hunt, L. (1999). A pornografia e a Revolução Francesa. Em: Hunt, L. (Eds.) *A invenção da pornografia: obscenidades e origem da modernidade - 1500-1800*. São Paulo: Hedra.
- Jaguar (Org.). (1976). *As grandes entrevistas do Pasquim*. Rio de Janeiro: Editora Codecri.
- Lima, H. F. (1982). *Caminhos percorridos (memórias de militância)*. São Paulo: editora Brasiliense, AEL.
- Magalhães, M. (2012). *Marighella - o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Cia das Letras.
- Schwarcz, L.M. e Starling, E. (2015). *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Cia das Letras.
- Vianna, M. (2003). O PCB, a ANL e as insurreições de 1935. Em: Delgado, L. A. e Ferreira, J. (orgs.). *O Brasil Republicano 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 65-105.